

ADVOCACY COMO INSTRUMENTO DE APOIO A POLÍTICAS PÚBLICAS

- Políticas públicas se caracterizam por um conjunto de ações, decisões, metas e planos que os governos usam para a solução de problemas e para alcançar o bem estar da sociedade e o interesse público.
- A sociedade civil organizada e a população podem contribuir para a promoção de políticas públicas efetivas, visando garantir que governos ajam de acordo com o interesse da sociedade, em respeito às leis e à Constituição Federal. O conjunto de ações planejadas para atingir o objetivo almejado, inserido no contexto de transformar e/ou melhorar condições, atitudes e políticas, é denominado advocacy.
- Sem tradução literal para o português, o advocacy envolve o planejamento e a realização de ações para a promoção e defesa de uma causa, uma ideia, uma proposta de interesse público; visa influenciar a elaboração, aprovação e implementação de leis e políticas públicas.
- Ações de advocacy estão inseridas no conceito de cidadania, de democracia participativa, de participação e controle social. Qualquer pessoa ou instituição tem legitimidade para fazer advocacy.
- O trabalho em coalizão e em rede favorece essas ações. A identificação e articulação de entidades e pessoas parceiras na sociedade fortalecem e enriquecem ações de advocacy.
- Fazer advocacy envolve ações para conscientizar e mobilizar a população e formadores de opinião, capacitar agentes transformadores, cobrar e fomentar a atuação do poder público. Pode envolver mudanças de paradigma e demanda uma atuação planejada e estratégica para se alcançar os resultados pretendidos.
- Dentre as estratégias de advocacy está o foco no público que tem poder de decisão sobre a questão envolvida e no que tem capacidade de influenciar os tomadores de decisão.
- Como exemplo, o advocacy em apoio a medidas de controle do tabagismo envolve mudanças de paradigma: reduzir a aceitação social do tabagismo, denormalizar o produto e a indústria do tabaco, mostrando as estratégias dessa indústria, que é a principal responsável pelo desenvolvimento e perpetuação da epidemia do tabagismo. O tabagismo não é apenas um problema individual, pois afeta toda sociedade, e políticas públicas efetivas reduzem o impacto no uso do tabaco na saúde coletiva.
- A defesa de políticas públicas pode se dar junto aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, Ministério Público, mídia, formadores de opinião, sociedade, etc.
- O trabalho de advocacy perante os Poderes Legislativo e Executivo é muito importante para a proposição, aprovação e implementação de políticas públicas. Ocorre que muitas delas têm sido questionadas perante o Poder Judiciário, e, portanto, o trabalho de advocacy junto a este órgão torna-se imprescindível, sob pena de não ser implementada a medida que tanto se defendeu perante o Legislativo e Executivo.

¹ Artigo 1º, parágrafo único, da Constituição Federal: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente.” - É o direito de participação política - direito de participar do governo ou influir sobre ele, o direito de votar e ser votado.

- O Ministério Público tem o dever constitucional da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Assim, denúncias e representações perante este órgão podem ser instrumentos para tornar efetivo o cumprimento de leis.
- Os meios de comunicação conferem visibilidade ao tema em discussão e, portanto, utilizá-los como instrumento de advocacy pode ampliar a conscientização social e auxiliar na pressão por decisões dos governantes e parlamentares. As ações de promoção de políticas públicas através dos meios de comunicação são também chamadas de mídia advocacy.
- Campanhas e pesquisas podem ser utilizadas para este fim, contribuindo para divulgação e compreensão do problema, e a necessidade de implementação da política pública defendida. Da mesma forma, a busca por indicadores de resultado e o monitoramento permanente dos resultados alcançados são parte de uma boa estratégia de advocacy. A avaliação dos resultados advindos com a implementação de determinada política pública servirá como base para a sua validade, o seu aperfeiçoamento, implementação em outras localidades, e até como parâmetro para outras políticas públicas.